

## **Um Estudo Sobre a Implementação das ODS, aplicadas ao Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro**

*A Study on the Implementation of the SDGs, on the Sustainable Development and Climate Action Plan of the City of Rio de Janeiro*

*Un Estudio sobre la Implementación de los ODS, sobre el Plan de Desarrollo Sostenible y Acción Climática de la Ciudad de Río de Janeiro*

**Lorena Dias Tenorio Santos**

Mestranda em Engenharia Urbana, UFRJ, Brasil  
lorena.1989@poli.ufrj.br

**Armando Carlos de Pina Filho**

Professor Doutor, UFRJ, Brasil  
armando@poli.ufrj.br

## RESUMO

A Agenda 2030, é um compromisso assinado em 2015 pelos Estados-membros da ONU, que estimula um plano de ação para atingir a transformação do atual cenário mundial, investindo na qualidade de vida da população, dignidade, bem como na promoção do desenvolvimento sustentável. Alinhado a essa perspectiva, a cidade do Rio de Janeiro desenvolveu o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática (PDS), objetivando a construção de políticas integradas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), presentes na Agenda 2030. O objetivo do trabalho baseia-se na análise do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da cidade do Rio de Janeiro (PDS), em seu progresso quanto a efetividade no cumprimento dos critérios de ações presentes na Agenda 2030. Foram listados para compreensão de desempenho todas os 17 ODS contemplando 52 conjuntos variáveis de indicadores temáticos. Como método de análise, foi construído um ranqueamento utilizando dados da metodologia do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades IDSC – BR, o que possibilitou examinar o conjunto dos 17 ODS. Através do resultado da análise é possível considerar uma prévia dos desafios presentes na gestão pública, demonstrando a relevância na discussão da temática pela sociedade, governança e setor acadêmico, contribuindo dessa forma com ações assertivas na construção de uma cidade resiliente, sustentável e inteligente a todos. Para desenvolvimento do estudo foram utilizadas fontes de consulta públicas oficiais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agenda 2030. Desenvolvimento Sustentável. Políticas Públicas.

## SUMMARY

*The 2030 Agenda is a commitment signed in 2015 by the United Nations member states, which encourages an action plan to achieve the transformation of the current global scenario, investing in the quality of life of the population, dignity, as well as promoting sustainable development. In alignment with this perspective, the city of Rio de Janeiro has developed the Sustainable Development and Climate Action Plan (PDS), aiming to create integrated policies with the Sustainable Development Goals (SDGs) outlined in the 2030 Agenda. The objective of the work is based on the analysis of the Sustainable Development and Climate Action Plan of the city of Rio de Janeiro (PDS), in its progress towards effectiveness in meeting the criteria of actions presented in the 2030 Agenda. All 17 SDGs, comprising 52 sets of thematic indicators, were listed for performance comprehension. As a method of analysis, a ranking was constructed using data from the Sustainable Development Cities Index (IDSC – BR methodology), allowing for an examination of the set of 17 SDGs. Through the results of the analysis, it is possible to consider a preview of the challenges present in public management, demonstrating the relevance of the discussion on this topic for society, governance, and the academic sector, thus contributing to assertive actions in the construction of a resilient, sustainable, and intelligent city for all. Official public consultation sources were used for the development of the study.*

**KEYWORDS:** Agenda 2030. Sustainable Development. Public policies.

## RESUMEN

*La Agenda 2030 es un compromiso firmado en 2015 por los Estados miembros de las Naciones Unidas que promueve un plan de acción para lograr la transformación del escenario mundial actual, invirtiendo en la calidad de vida de la población, la dignidad y la promoción del desarrollo sostenible. En consonancia con esta perspectiva, la ciudad de Río de Janeiro ha desarrollado el Plan de Desarrollo Sostenible y Acción Climática (PDS), con el objetivo de crear políticas integradas con los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) establecidos en la Agenda 2030.*

*El objetivo del trabajo se basa en el análisis del Plan de Desarrollo Sostenible y Acción Climática de la ciudad de Río de Janeiro (PDS), en su avance hacia la efectividad en el cumplimiento de los criterios de acciones presentes en la Agenda 2030. Se listaron los 17 ODS, que comprenden 52 conjuntos de indicadores temáticos, para comprender su desempeño. Como método de análisis, se construyó un ranking utilizando datos de la metodología del Índice de Desarrollo Sostenible de las Ciudades (IDSC – BR), lo que permitió examinar el conjunto de los 17 ODS.*

*A través de los resultados del análisis, es posible considerar una vista previa de los desafíos presentes en la gestión pública, demostrando la relevancia de la discusión sobre este tema para la sociedad, la gobernanza y el sector académico, contribuyendo así a acciones asertivas en la construcción de una ciudad resiliente, sostenible e inteligente para todos. Se utilizaron fuentes de consulta pública oficial para el desarrollo del estudio.*

**PALABRAS CLAVE:** Agenda 2030. Desarrollo Sostenible. Políticas públicas.

## 1 INTRODUÇÃO

Desenvolvida sobre pântanos e alagadiços, a cidade do Rio de Janeiro, outrora capital da colônia portuguesa (1763), se destaca na história do país em distintas vertentes que interagem na cultura, economia, turismo, bem como em sua inspiradora beleza natural reconhecida internacionalmente.

Apesar de seus encantos, a cidade maravilhosa passou por um intenso processo de urbanização e desenvolvimento durante o século XIX. Esse crescimento perdurou por quase 100 anos, caracterizado por uma rápida expansão populacional com investimentos na indústria, modernização dos transportes e acréscimo na infraestrutura.

As inspirações europeias que ditaram um novo olhar sobre a cidade trouxeram avanços e retrataram a projeção da sociedade sobre o terreno, Henri Lefebvre (2008). Apesar dessas mudanças, o direito à cidade, bem como o acesso aos serviços, não atendeu toda população, refletindo uma série de problemas sociais, econômicos e ambientais que perdurou ao longo dos anos.

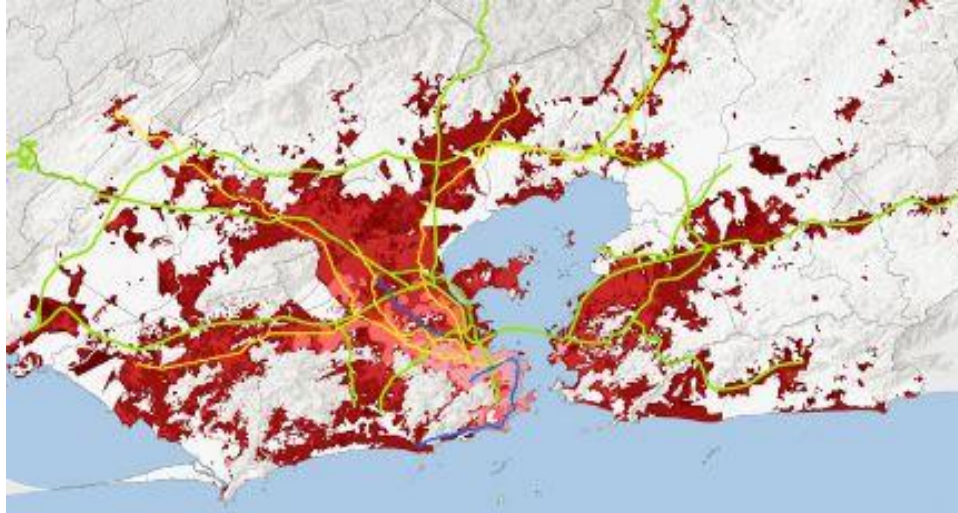
Com base em dados do IBGE de 2010, no Brasil, aproximadamente 11,4 milhões de indivíduos residem em favelas, dos quais 1,4 milhão têm suas moradias no Rio de Janeiro. Apenas 35% do esgoto na cidade é devidamente tratado. No primeiro trimestre de 2023, a taxa de desemprego atinge cerca de 11,6% cidadãos, chegando a 14% entre as mulheres. Notavelmente, 1,2 milhão de pessoas enfrentam condições de extrema pobreza, tornando o Estado do Rio de Janeiro líder nesse indicador. Trata-se de informações preocupantes que evidenciam a necessidade iminente de programar políticas públicas inclusivas e eficazes. Tais medidas são cruciais para abordar ou mitigar as questões socioambientais resultantes do crescimento urbano desordenado, das disparidades socioeconômicas e da pressão sobre áreas de conservação ambiental.

O estímulo às políticas destinadas a projetos socioambientais e ao aprimoramento do acesso à cidade, especialmente para crianças e jovens, necessita de um renovado impulso de investimento. É crucial adotar ações coordenadas e colaborativas que envolvam o governo, a sociedade civil e o setor privado em iniciativas abrangentes. Isso engloba melhorias na infraestrutura, gestão sustentável dos recursos naturais, aprimoramento do transporte público, políticas habitacionais e urbanização adequadas, além de esforços em educação ambiental. Essas estratégias são essenciais para promover uma cidade mais sustentável, equitativa e resiliente.

Conforme informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA 2015), estima-se que em 2030 a população brasileira alcance seu pico, atingindo aproximadamente 206,8 milhões de indivíduos. Dentro desse contingente populacional, o Rio de Janeiro ocupa a posição de terceira capital mais populosa do país, com uma população de 16.054.524 milhões de pessoas, conforme dados do IBGE (2022).

Os dados do IBGE de 2010 refletem que 15.454.239 de pessoas, equivalente a 96,6% da população, residem em áreas urbanas, enquanto apenas 3,4% vivem em áreas rurais. A projeção aponta para um aumento desse número até o ano de 2030. Esses dados ressaltam a contínua tendência de urbanização no Brasil, onde a maioria da população reside em áreas urbanas. Essa projeção de crescimento contínuo aponta para desafios e oportunidades de grande relevância no que diz respeito ao planejamento urbano e ao desenvolvimento sustentável nas próximas décadas.

Figura 1 – Mancha Urbana - Rio de Janeiro



Fonte: Página - modelarametropole (2023)

Como ilustrado na Figura 01, a mancha urbana abrange uma parte substancial da região metropolitana do Estado e se estende para outras regiões. Essa constatação suscita preocupação devido à deterioração da infraestrutura nas áreas centrais. O crescimento urbano, impulsionado pelo aumento populacional, urbanização e desenvolvimento econômico, acarreta uma série de desafios significativos que afetam tanto a qualidade de vida das pessoas quanto o meio ambiente.

Para enfrentar esses desafios, é necessário implementar um planejamento urbano sólido, apoiado por políticas que incentivem um crescimento planejado, sustentável e voltado para o bem-estar da população. A incorporação de estratégias como o desenvolvimento de áreas urbanizadas existentes, estímulo à densificação planejada, preservação ambiental, com investimentos em transporte público e infraestrutura apropriada é essencial para abordar os problemas decorrentes da expansão urbana desordenada.

Além disso, a participação ativa da comunidade no processo de tomada de decisões é crucial para garantir que suas necessidades sejam consideradas e que o desenvolvimento urbano seja inclusivo e responsável.

Nesse contexto, o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática (PDS) da cidade do Rio de Janeiro, regulamentado pelo decreto nº 46078, visa justamente a elaboração dessas políticas em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Essas políticas orientarão as ações da prefeitura ao longo de diferentes administrações, refletindo o compromisso da cidade com um crescimento urbano mais equilibrado, ambientalmente responsável, que atenda às necessidades de sua população.

## 2 OBJETIVO GERAL

- Analisar a Implementação das ODS, aplicadas ao Plano de Desenvolvimento Sustentável e de Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro. Considerando o desempenho de todos os 17 ODS nos 100 conjuntos de variáveis de indicadores temáticos.

## 2.1 OBJETIVO ESPECÍFICO

- Identificar as principais temáticas que norteiam o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da cidade do Rio de Janeiro (PDS).
- Relatar, através do resultado, os principais ODS que necessitam de melhoria na gestão de projetos voltados à área.
- Ilustrar a necessidade de um novo olhar que integre seus habitantes, órgãos públicos e demais setores para uma contínua transformação da cidade, sob um olhar de desenvolvimento mútuo e respeitoso sobre a sociedade bem como ao meio ambiente.

## 3 METODOLOGIA DE ANÁLISE IDS – BR

O Plano de Desenvolvimento Sustentável e de Ação Climática da cidade do Rio de Janeiro, foi lançado em 2018 como uma estratégia para enfrentar os desafios ambientais e promover o desenvolvimento sustentável na região. Alinhado a perspectivas de grandes cidades, o Rio de Janeiro foi a primeira cidade a desenvolver um Plano de Desenvolvimento Sustentável de grande porte, buscando como premissa oferecer à população qualidade de vida e direito à cidade.

A cidade integra a rede C40, e assinou o Compromisso 2020 em dezembro de 2015 no acordo de Paris, sobre Metas de Redução de Emissões de Gases do Efeito Estufa, que objetiva limitar o aumento da temperatura global abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, com esforços para limitar o aumento a 1,5°C.

O PDS está ligado a diferentes documentos técnicos comprometidos com essa mudança, como o Visão 500, o Plano de Mobilidade Sustentável, bem como a Estratégia de Adaptação às Mudanças Climáticas. O mesmo possui três ciclos de planejamento que objetiva a princípio: ciclo 2020 – 2030, ciclo 2023 - 2040 e ciclo 2040 – 2050, apontando para ações que alcancem essas metas, o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática pretendem:

- Desenvolver uma trajetória ambiciosa de redução de emissões para alcançar uma cidade neutra em emissões até 2050;
- Demonstrar como a cidade irá adaptar e aprimorar sua resiliência em relação aos perigos climáticos que podem impactar a cidade agora e em cenários futuros da mudança do clima;
- Envolver-se com a comunidade para informar o plano, delinear os benefícios sociais, ambientais e econômicos esperados da implementação do plano, e assegurar uma distribuição equitativa desses benefícios à população, principalmente para grupos vulneráveis;
- Demonstrar os atores que constroem a governança climática e capacidade da cidade de implementar essas metas, identificando os parceiros que precisam estar envolvidos para acelerar o alcance das metas de mitigação e objetivos de resiliência da cidade.

Definido seus eixos estruturantes, o PDS sustenta em sua política a compatibilização com as demais políticas setoriais a fim de promover de forma assertiva o envolvimento de

entidades, bem como os diferentes segmentos da sociedade. Com o compromisso de atender a Agenda 2030, o plano baseia suas metas alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), retratando em duas escalas os 17 ODS com 23 aspirações e relação secundária com 169 metas ODS Brasil com as 134 metas do plano. Essa visão objetiva implementar de forma local as metas, atendendo dessa forma às necessidades específicas da cidade, integrar políticas e ações que visam melhorar a qualidade de vida dos moradores, promover a equidade social e reduzir os impactos negativos sobre o meio ambiente.

Como descrito, o Plano baseia-se no uso das ODS como parâmetro para direcionar seu conteúdo, considerando as particularidades da cidade descrita por pesquisadores, população, organizações públicas e privadas. Através do IDSC - BR podemos analisar os principais pontos que necessitam de investimento ou mudanças de estratégia com o intuito de alcançar resultados satisfatórios.

O índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades objetiva transmitir à população, bem como aos órgãos públicos, relatórios que comunicam o monitoramento com indicadores de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os chamados (ODS) que fazem parte dos países integrados à ONU. Esse relatório, se utilizado, torna-se uma ferramenta útil para guiar as prioridades governamentais, indicando os principais pontos de fraqueza nos investimentos públicos, bem como a continuidade em projetos que geram um resultado positivo à população.

Como ferramenta de avaliação dos 17 ODS, o índice se limita a investigar 100 indicadores a fim de minimizar ruídos ou variações excessivas em seus resultados. A carência de dados advindos de fontes reconhecidas ou mesmo atualização do mesmo reafirma a coerência em manter os 100 indicadores. Como será observado no Quadro 1 as informações utilizadas advêm de diversas fontes nacionais como IBGE, INEP, DATASUS e SISVAN.

Para construção do método cada variável foi reescalada de 0 a 100, sendo 0 pior desempenho e 100% ótimo desempenho (IDS-BR). Todos os valores que superaram o valor alvo recebem pontuação 100, valores inferiores à meta recebem pontuação 0. A fórmula Min - Max foi utilizada para estabelecer os resultados ( $X' = \frac{x - \min(x)}{\max(x) - \min(x)} * 100$ ).

Conforme o índice,  $x$  = valor bruto / min e Max, indicam os limites inferiores e superiores respectivamente e  $x'$  é o valor normalizado. Através da normalização as variáveis podem ser expressas como ascendentes e descendentes, adotando respectivamente melhor ou pior desempenho.

Os Quadros 1 - 4 ilustra parte da avaliação atual dos 17 ODS, contendo seu desempenho apenas nos indicadores que receberam diagnóstico: há desafios significativos ou há grandes desafios, contemplando 52 indicadores. Essa apresentação de dados foi escolhida para focar nos indicadores de baixo desempenho. Os indicadores que foram atingidos ou possuem margem de alcance aceitável podem ser observados na íntegra no site oficial do IDS-BR.

Quadro 1 – Dados do IDS - BR

Indicador		Ano	Valor	Diagnóstico	Fonte
ODS 1	Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único após Bolsa Família	2017	63,34	Há grandes desafios	Atlas Brasil
	Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família	2023	61,64	Há desafios significativos	Atlas Brasil

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IDS – BR, 2023.

Quadro 2 – Dados do IDS - BR

Indicador		Ano	Valor	Diagnóstico	Fonte
ODS 2	Baixo peso ao nascer	2021	9,52	Há desafios significativos	DataSUS
	Desnutrição infantil	2021	2,01	Há desafios significativos	SISVAN
	Produtores de agricultura familiar com apoio do PRONAF	2017	39,42	Há grandes desafios	IBGE
	Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica	2017	3,09	Há desafios significativos	IBGE
Indicador		Ano	Valor	Diagnóstico	Fonte
ODS 3	Cobertura Vacinal	2022	61,85	Há desafios significativos	DataSUS
	Orçamento municipal para a saúde	2021	739,1	Há desafios significativos	DataSUS
	Unidades Básicas de Saúde	2022	0,05	Há desafios significativos	DataSUS
	Unidades Básicas de Saúde	2022	0,05	Há desafios significativos	DataSUS
	Incidência de tuberculose	2022	122,7	Há grandes desafios	DataSUS
Indicador		Ano	Valor	Diagnóstico	Fonte
ODS 4	Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência	2018	29,71	Há desafios significativos	INEP
	Escolas com recursos para Atendimento Educacional Especializado	2022	20,26	Há desafios significativos	INEP
	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos iniciais	2021	5,4	Há desafios significativos	MEC/IDEB
	Jovens com ensino médio concluído até os 19 anos de idade	2010	18,72	Há grandes desafios	IBGE
	Professores com formação em nível superior - Educação Infantil - rede pública	2020	76,00	Há desafios significativos	INEP
	Prova Brasil - Língua Portuguesa - Anos iniciais do Ensino Fundamental - Rede Municipal	2021	193,5	Há desafios significativos	MEC

	Prova Brasil - Matemática - Anos Iniciais do Ensino Fundamental - rede municipal	2021	206,3	Há desafios significativos	MEC
	Centros culturais, casas e espaços de cultura	2018	0,67	Há grandes desafios	IBGE
	Razão entre o número de alunos e professores na pré-escola	2022	23,42	Há grandes desafios	INEP

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IDS – BR, 2023.

Quadro 3 – Dados do IDS - BR

	Indicador	Ano	Valor	Diagnóstico	Fonte
ODS 5	Presença de vereadoras na Câmara Municipal	2020	17,65	Há grandes desafios	TSE
	Desigualdade de salário por sexo.	2010	0,62	Há desafios significativos	IBGE
	Diferença percentual entre jovens mulheres e homens que não estudam e nem trabalham	2010	7,24	Há desafios significativos	IBGE
	Taxa de feminicídio	2010	7,24	Há desafios significativos	IBGE
ODS 6	Perda de água tratada na distribuição	2021	50,77	Há grandes desafios	SNIS
ODS 7	Indicadores melhor que a referência	X	X	X	X
ODS 8	Desemprego	2010	7,28	Há desafios significativos	IBGE
	Desemprego de jovens	2010	13,26	Há desafios significativos	IBGE
	Ocupação das pessoas com 16 anos de idade ou mais	2010	58,12	Há desafios significativos	IBGE
ODS 9	Investimento público em infraestrutura urbana por habitante	2021	20,12	Há grandes desafios	SICONFI
ODS 10	Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres	2010	2,52	Há grandes desafios	Atlas Brasil
	Coefficiente de Gini	2010	0,62	Há grandes desafios	Atlas Brasil
	Razão Gravidez na Adolescência	2021	2,02	Há desafios significativos	DataSUS
	Risco relativo de homicídios	2019	1,79	Há grandes desafios	DataSUS
	Violência contra a população LGBTQI+	2021	4,52	Há desafios significativos	DataSUS
	Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde	2019	17,42	Há desafios significativos	IBGE
	Razão do rendimento médio real	2010	0,41	Há grandes desafios	IBGE
ODS 11	Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora	2010	25,93	Há grandes desafios	Atlas Brasil



	População residente em aglomerados subnormais	2010	22,05	Há grandes desafios	IBGE
	Domicílios em favelas	2019	19,28	Há grandes desafios	IBGE
	Equipamentos esportivos	2018	0	Há grandes desafios	IBGE
	Percentual da população negra em assentamentos subnormais	2010	65,85	Há grandes desafios	IBGE

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IDS – BR, 2023.

Quadro 4 – Dados – IDS – BR (final)

	Indicador	Ano	Valor	Diagnóstico	Fonte
ODS 12	Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente	2021	1,3	Há grandes desafios	SNIS
	População atendida com coleta seletiva	2021	61,53	Há desafios significativos	SNIS
ODS 13	Indicadores com Médio ou Muito alto	x	x	x	x
ODS 14	Indicadores com Médio ou Muito alto	x	x	x	x
ODS 15	Taxa de áreas florestadas e naturais	2020	0,02	Há grandes desafios	MapBio mas
ODS 16	Homicídio juvenil masculino	2021	97,57	Há grandes desafios	DataSUS
	Mortes por agressão	2021	14,14	Há grandes desafios	DataSUS
	Mortes por armas de fogo	2021	10,67	Há grandes desafios	DataSUS
	Taxa de homicídio	2021	18,82	Há grandes desafios	DataSUS
ODS 17	Investimento público	2021	53,13	Há grandes desafios	SICONFI

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IDS – BR, 2023.

## 4 RESULTADOS

Os Quadros 1 - 4 revela um total de 52 indicadores, dos quais 26 demonstram desafios significativos, com pontuações variando entre 40 e 49,99. Adicionalmente, 23 indicadores retratam desafios substanciais, com pontuações situadas entre 0 e 39,99. Além disso, é notável que os indicadores associados aos ODS 7, 13 e 14 exibem pontuações médias, altas ou acima da média de referência.

A análise dos dados evidencia maior vulnerabilidade nos ODS 9, 11 e 17, destacando a necessidade premente de engajamento público na promoção de políticas direcionadas a esses indicadores específicos.

- ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, observamos uma queda drástica na pontuação, passando de 86,22 em 2022 para apenas 17,82 em 2023, o que ressalta um desafio substancial a ser enfrentado.
- ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, por sua vez, registrou uma

pontuação de 20,68 em 2022, que declinou para 18,95 em 2023, apontando a necessidade imperativa de melhorias nesse âmbito.

- ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação dos Objetivos, a pontuação diminuiu de 43 em 2022 para 17,82 em 2023, sublinhando a importância crucial de esforços colaborativos para atingir os objetivos estabelecidos.

É fundamental ponderar esses aspectos ao planejar investimentos, especialmente à luz da perspectiva de crescimento populacional nas cidades. Esse aumento demanda infraestrutura adequada e políticas públicas bem alinhadas, visando proporcionar dignidade e qualidade de vida aos habitantes. O Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) demonstrou uma queda na pontuação geral da cidade de 2015 a 2023, resultando em um nível médio de desenvolvimento sustentável.

É importante observar que o desenvolvimento positivo de uma ODS, influencia diretamente em seu conjunto, ou seja, quando ocorre investimento em infraestrutura (ODS 9), é possível aplicar o conceito de comunidades verdes (ODS 11), o que requer mão de obra (ODS 7) e gera maior investimento público (ODS 17), promovendo um ambiente sustentável, econômico e social. Essa lógica retrata a importância de um olhar ampliado, com investimento em múltiplos setores.

## 5 CONCLUSÕES

Em uma avaliação geral, a cidade do Rio de Janeiro está classificada na 913ª posição entre um total de 5.570 municípios. Essa classificação é baseada no Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), que mensura o progresso total da cidade em relação aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No índice, a cidade obteve uma pontuação de 52,67, como observado no Quadro 5, em uma escala que vai até 100, essa pontuação delega a cidade um nível de desenvolvimento sustentável médio e demonstra uma queda de 6,65 % entre os anos de 2022 a 2023.

Quadro 5 – Evolução do IDSC

Ano	Evolução do Índice
2022	56,42
2023	52,67

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IDS – BR, 2023.

Os dados apresentados, até o momento, demonstram um longo percurso na gestão pública e refletem o resultado de problemáticas pertencentes a cidades que sofreram um crescimento desordenado. O Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro reconhece essa problemática e tem por objetivo políticas públicas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades pode ser uma ferramenta valiosa para orientar as políticas públicas no âmbito do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro. O índice visa estimular o cumprimento da Agenda 2030 e auxilia na definição de prioridades na elaboração de estratégias ao longo dos anos, fornecendo um guia importante para a administração municipal.

A implementação das metas ODS, aplicadas ao Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro, objetiva uma gestão municipal eficiente, com o reconhecimento das questões fundamentais a serem tratadas. O plano apresentado contempla uma perspectiva a longo prazo, através de uma contínua revisão.

Nesse contexto, é possível concluir de forma preliminar, que a cidade do Rio de Janeiro enfrenta desafios significativos, decorrentes de décadas de dificuldades que resultaram em problemas socioambientais que demandam novos investimentos. No entanto, é importante destacar que a cidade possui ferramentas técnicas que podem apoiar o desenvolvimento sustentável e a igualdade para todos os cidadãos, indicando um caminho promissor para o futuro, esse futuro deve contar com a participação da sociedade, por meio de esclarecimento e ações educativas, bem como a integração com setores acadêmicos que produzem pesquisas e matérias de grande valia a sociedade.

A implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) requer um esforço coordenado em nível global, nacional e local. Comprometimento político é crucial, com governos adotando políticas que estejam alinhadas com os ODS e incorporando-os em seus planos de desenvolvimento. Parcerias multissetoriais desempenham um papel essencial, promovendo colaborações entre governos, setor privado, sociedade civil e organizações internacionais. Tais parcerias podem mobilizar recursos, compartilhar conhecimento e promover ações conjuntas para alcançar esse ideal.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BELLO, Luiz. **Dia Nacional da Habitação**: Brasil tem 11,4 milhões de pessoas vivendo em favelas. Agência IBGE Notícias, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/15700-dados-do-censo-2010-mostram-11-4-milhoes-de-pessoas-vivendo-em-favelas>. Acesso em: 20 agosto 2023.

CAMARANO, Ana Amélia. A Dinâmica demográfica e a pandemia: como andar a população brasileira? Rio de Janeiro: **Ipea**, maio, 2023. 28 p. (Texto para Discussão, 2873). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/td2873-port>.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas Sociais**: Saneamento básico. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28326>. Acesso em: 10 agosto 2023.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Dia Nacional da Habitação**: Brasil tem 11,4 milhões de pessoas vivendo em favelas. Rio de Janeiro, IBGE 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/15700-dados-do-censo-2010-mostram-11-4-milhoes-de-pessoas-vivendo-em-favelas>. Acesso em: 10 agosto 2023.

IPEA. **Megatendências mundiais 2030**: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo? Organizadora: Elaine C. Marcial. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: [https://ppgtic.ufsc.br/files/2015/11/151013\\_megatendencias\\_mundiais\\_2030.pdf](https://ppgtic.ufsc.br/files/2015/11/151013_megatendencias_mundiais_2030.pdf).

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES. Cidades Sustentáveis, 2023. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

MODELAR A METRÓPOLE. Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.modelarametropole.com.br/>.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AÇÃO CLIMÁTICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: [http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/12937849/4337195/PDSCOMPLETO\\_0406\\_errata\\_09062021compactado.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/12937849/4337195/PDSCOMPLETO_0406_errata_09062021compactado.pdf).